

O crescimento e a crise explicados por indicadores de taxa de lucro no Brasil entre 2000 e 2014

Ricardo Dathein¹

Resumo: O artigo avalia o desempenho da economia brasileira entre 2000 e 2014. As variáveis cruciais estudadas são a taxa de lucro e seus componentes distributivo e tecnológico. A base teórica ressalta a importância do comportamento da taxa de lucro para a compreensão das trajetórias econômicas. Analisam-se o comportamento da taxa de lucro, a produtividade marginal do capital, a participação do excedente econômico no PIB e a participação da massa salarial no PIB. Os resultados apontam para uma clara diferenciação entre três períodos (2000-2003, 2004-2008 e 2009-2014), com relacionamentos muito distintos entre as variáveis estudadas. Esse desempenho explica as fases de crescimento e crise e a dinâmica distributiva primeiramente compatível e depois contraditória com a acumulação.

Palavras-chave: Taxa de lucro. Crescimento. Crise.

Abstract: The paper evaluates the performance of the Brazilian economy between 2000 and 2014. The key variables are the rate of profit and its distributive and technological components. The theoretical basis highlights the importance of the profit rate behavior to understanding the economic trajectories. It analyzes the behavior of the profit rate, the marginal productivity of capital, the share of economic surplus in GDP and the share of wages in GDP. The results point to a clear differentiation between three periods (2000-2003, 2004-2008 and 2009-2014), with very different relationships between variables. This performance explains the growth and crisis phases and the distributive dynamics first compatible and after contradictory with accumulation.

Keywords: Profit rate. Growth. Crisis.

JEL Classification: E01, O11.

¹ Professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br

1 Introdução

Depois de muitos anos de *performance* econômica inferior, nos anos 2000 (antes da crise internacional) aparentemente a economia brasileira teria retomado uma trajetória positiva, com um crescimento baseado em maior produtividade e acumulação de capital, o que resultaria em crescimento consistentemente superior. Ao mesmo tempo, aumentou a possibilidade de distribuição de renda, o que ocorreu fruto das iniciativas de política econômica distributiva.

No entanto, desde 2008 a economia brasileira enfrenta problemas para compatibilizar crescimento e distribuição de renda. Depois de forte retração, houve recuperação, mas a trajetória tornou-se inferior e recessiva, com permanentes pressões macroeconômicas.

Uma variável crucial para explicar o comportamento da economia é a taxa de lucro, destacando-se seus componentes distributivo e tecnológico. Certamente outras variáveis são importantes, mas em geral essas condicionam a taxa de lucro, enquanto uma variável síntese. De outra parte, o comportamento do Estado é fundamental, pois esse pode investir independentemente da taxa de lucro e determinar maior dinamismo ou recuperação de crises, influenciando também a própria taxa de lucro, sinalizador fundamental para os empresários.

O objetivo desse artigo é avaliar a determinação da taxa de lucro e de seus componentes sobre a dinâmica de crescimento e crise do período 2000-2014, com foco no período posterior a 2003. Para isso, o texto está subdividido da seguinte forma. A segunda seção apresenta aspectos da relação entre taxa de lucro e seus componentes distributivo e tecnológico na determinação da *performance* econômica. A terceira seção expõe aspectos metodológicos da pesquisa. A quarta parte analisa a lógica das políticas econômicas de longo prazo dos governos pós-2003 e avalia o comportamento das variáveis participação dos salários e do excedente econômico no PIB, taxa de lucro e produtividade marginal do capital (PMgK) para o período 2000-2014. Por fim, as considerações finais avaliam os impactos da dinâmica desses indicadores sobre o crescimento e a crise econômica.

2 Taxa de lucro, crescimento econômico e crise

A taxa de lucro é uma variável crucial no entendimento sobre o desempenho econômico de longo prazo e dos ciclos econômicos, segundo muitos autores (DUMÉNIL; LÉVY, 2004; HUSSON, 2010a; KLIMAN, 2010; MOSELEY, 1997; SHAIKH, 2010; WOLFF, 2003). Além disso, a taxa de lucro permite e é utilizada para a periodização e caracterização da dinâmica histórica das economias. Certamente existem outros determinantes dos ciclos e das crises econômicas, incluindo variáveis monetárias e reais (DUMÉNIL; LÉVY, 1993, 2011b), além de institucionais. No tocante a este artigo, o foco é a taxa de lucro e seus componentes tecnológicos e distributivos, examinados como determinantes do processo de acumulação de capital (MARQUETTI; KOSHIYAMA; ALENCASTRO, 2009).

Uma forma de abordar a questão da evolução da taxa de lucro e seus impactos é considerar seus dois determinantes básicos: o componente distributivo e o componente tecnológico. Assim, existem análises que colocam seu foco na discussão sobre as causas dominantes da redução e posterior crescimento da taxa de lucro (nas apreciações sobre a evolução dessa variável desde os anos 1950 até os anos 2000, para países desenvolvidos) na variável distributiva, a chamada *profit-share hypothesis*, enquanto outros destacam a evolução da relação produto-capital como determinante (FREEMAN, 2009).

Kliman (2009, 2010) argumenta em favor da importância da taxa de lucro como determinante da crise internacional, no sentido de que ela não teria se recuperado suficientemente depois da baixa posterior aos anos 1950.² Uma recuperação da taxa de lucro depende, segundo ele, da ocorrência de destruição massiva de capital, por conta das crises econômicas. No entanto, têm sido utilizados mecanismos estatais de administração da demanda, com o objetivo de evitar que as crises se tornem depressões. Assim, o capital não teria sido suficientemente destruído nas grandes crises econômicas dos anos 1970 e 1980. Isso teria impedido a taxa de lucro de se recuperar para um nível que sustentasse maior acumulação e a retomada de um maior crescimento econômico, a não ser de forma “artificial” (como com o aumento excessivo do endividamento), o que acaba por gerar bolhas e crises de dívidas. A crise recente, segundo Kliman, seria a maior desse tipo. Assim, a crise não teria sido gerada por um fenômeno na órbita do setor financeiro e,

² Existe um debate sobre a forma adequada de se medir a taxa de lucro que gera avaliações distintas sobre sua evolução.

portanto, o problema não estaria na sua desregulamentação excessiva, independentemente das condições reais da economia.

Duménil e Lévy (2011a) caracterizam quatro crises estruturais desde 1890, sendo duas crises de lucratividade e duas crises de hegemonia do capital financeiro. A crise de 1890 teria sido uma primeira crise de lucratividade. Após, teria ocorrido uma primeira hegemonia das finanças, resultando na Grande Depressão a partir de 1929, caracterizada como uma crise de hegemonia financeira. A solução dessa crise resultou no compromisso keynesiano social democrata. A crise dos anos 1970 é caracterizada como uma segunda crise de lucratividade. Na sequência, surge uma segunda hegemonia financeira, também chamada de neoliberalismo, a qual resulta na crise atual, que seria uma nova crise de hegemonia do capital financeiro. Portanto, a atual crise não seria uma crise de lucratividade, ou seja, causada por queda de taxa de lucro.

No entanto, a crise internacional não seria uma mera crise financeira, o que não significa menosprezar os mecanismos financeiros específicos do presente período. Ou seja, de fato ocorreu uma expansão de instrumentos monetários e financeiros que implicam em importantes mecanismos que levaram à crise. Contudo, mesmo considerando que a crise não é apenas financeira, Duménil e Lévy (2011b) consideram que ela também não seria uma crise causada por insuficiente rentabilidade e, menos ainda, por insuficiente poder de compra dos trabalhadores. Para esses autores, esses mecanismos monetários e financeiros típicos do período neoliberal não foram fins em si mesmos, mas teriam sido meios para se alcançar a concentração de renda nas classes superiores. Além disso, outros mecanismos da dinâmica macroeconômica, com o processo de globalização e o déficit comercial crescente dos EUA, também possuem papel crucial. Desse modo, não seria o caso de se contrapor causas financeiras a causas reais, mas de entendê-las de forma integrada.

Existem diversas análises sobre a evolução recente da taxa de lucro, principalmente para países desenvolvidos (HARMAN, 2007; HUSSON, 2010b). Para o Brasil, também há análises partindo dessa concepção (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; LAUTERT, 2010). Como os Estados Unidos são a economia dominante do mundo, e também porque possuem as melhores informações estatísticas, é o país mais examinado. Além disso, no caso atual, como a crise econômica gerou-se nesse país, o foco em sua análise é fundamental.

3 A taxa de lucro e seus componentes

A taxa de lucro é determinada pela relação entre a massa de lucros, tomada aqui como o excedente econômico, e o estoque líquido de capital fixo produtivo em cada ano. A fórmula pode ser desdobrada em seus componentes distributivo e tecnológico:

$$R = \left(\frac{J}{K} \right) = \left(\frac{J}{Y} \right) \left(\frac{Y}{K} \right)$$

em que R é a taxa de lucro, J é o excedente econômico, K é o estoque líquido de capital fixo produtivo (não residencial) e Y é o PIB. Dessa forma, têm-se os dois componentes da taxa de lucro, a participação dos lucros no PIB (J/Y), que representa o efeito da distribuição de renda sobre a taxa de lucro, e a relação produto-capital (Y/K), que representa o efeito da tecnologia sobre a taxa de lucro.

Um aumento da participação do excedente econômico no PIB eleva a taxa de lucro, mas tem a característica de ser limitado, pois não se pode concentrar a renda indefinidamente. A relação produto-capital, ao contrário, expressando no longo prazo melhorias tecnológicas, é a causa mais consistente de elevação da taxa de lucro.

Os cálculos foram realizados da seguinte forma. Usaram-se os dados disponíveis a partir do Sistema de Contas Nacionais Referência 2010 do IBGE, em valores nominais. As avaliações foram feitas de acordo com a disponibilidade de dados e de forma indicativa. O excedente econômico foi encontrado subtraindo-se do PIB a remuneração dos empregados. A remuneração dos empregados de 2012 a 2014 foi estimada a partir da variação da massa salarial da PME, de forma conservadora. A produtividade marginal do capital (PMgK) foi encontrada dividindo-se a variação real do PIB pela taxa de investimento em preços correntes. A produtividade marginal do capital foi considerada como proxy da produtividade do capital ou da relação produto-capital, supondo-se a média igual à marginal e a variação do estoque de capital como igual aos investimentos totais.³

Para o cálculo da taxa de lucro, comparou-se o excedente econômico com o estoque de capital produtivo. Esse estoque líquido de capital fixo produtivo para o Brasil foi encontrado subtraindo-se do estoque líquido de capital fixo total o estoque líquido de

³ Ou seja, $Y / K \rightarrow \Delta Y / \Delta K = \Delta Y / I = (\Delta Y / Y) / (I / Y)$, onde Y é o PIBpm, K é o estoque de capital e I é a Formação Bruta de Capital Fixo.

capital construção (residencial) divulgado pelo IPEADATA.⁴ Esses valores estão disponíveis apenas até o ano de 2008 e estão apresentados em valores (reais) constantes de 2000. Por isso, o excedente econômico foi também deflacionado para o ano de 2000, com base no deflator implícito do PIB, permitindo o cálculo da taxa de lucro.

4 Desempenho econômico e condições de rentabilidade no período 2000 a 2014

Sob a ótica do desenvolvimento econômico e social, os governos iniciados em 2003 possuem dois focos de políticas. Em primeiro lugar, a ênfase na distribuição de renda e no combate à pobreza. Apesar de não ser o objetivo em si, essas políticas têm como consequência o crescimento do consumo. Há uma expectativa de que esse crescimento do consumo, com existência de capacidade ociosa, gere crescimento dos investimentos privados. Mas não é adequado considerar que os governos acreditem que só o crescimento do consumo seria suficiente para gerar crescimento econômico, tanto é que existem várias políticas enfatizando a oferta agregada.

Esse destaque na oferta forma o segundo foco, com as políticas desenvolvimentistas em si: PAC, PITCE, PDP, Plano Brasil Maior, incentivos à inovação, políticas setoriais, política de compras da Petrobras, foco em educação e qualificação profissional etc. Nesses planos há metas de criação de capacidade produtiva, de criação de capacidade exportadora e de criação de capacidade inovadora, além de metas de aumento da taxa de investimentos. Também há ações de criação e desenvolvimento de instituições. Ou seja, há claramente elementos de políticas industriais e tecnológicas desenvolvimentistas e neoschumpeterianas. Esses dois focos de políticas podem ser considerados constituindo um “subtipo” de desenvolvimentismo.⁵

Além disso, as políticas anticíclicas também se relacionam com as políticas de desenvolvimento econômico. Essas políticas estão presentes na política industrial (Plano Brasil Maior) e também foram utilizadas quando necessárias em períodos de recessão e/ou de inflação crescente.

As políticas desenvolvimentistas geraram alguns resultados positivos, mas manteve-se uma baixa taxa de investimentos públicos, comparativamente com a história

⁴ Os cálculos são baseados nos dados de estoque de capital de Morandi e Reis (2004). A série atualizada até 2008 está disponível no site do IPEADATA.

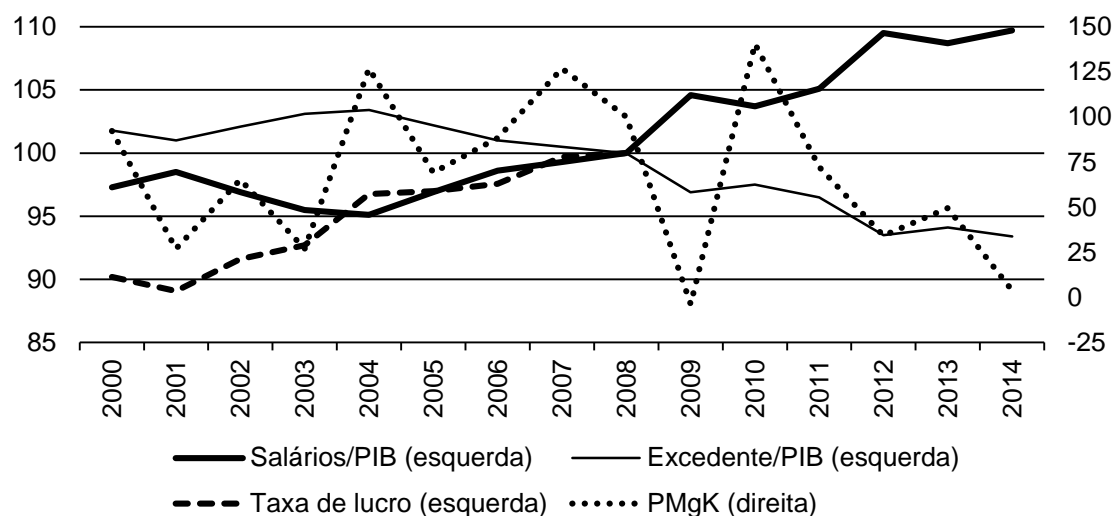
⁵ Conforme a definição de Pedro Fonseca (2015).

brasileira e com outros países. Permaneceu também uma baixa capacidade de planejamento econômico. Por isso, há uma expectativa de maior coparticipação do setor privado, como com o PAC e com as concessões de infraestrutura. Os resultados médios foram pequenos em termos do desempenho da taxa de investimento total, de performance da indústria, da capacidade de inovação e de transformação estrutural.

Além disso, há uma contradição permanente com a política macroeconômica. O tripé macroeconômico (metas de inflação, metas fiscais e câmbio flutuante) teve fraco desempenho no objetivo de estabilidade e é contraditório com as políticas desenvolvimentistas. A lógica pressuposta pelo tripé macroeconômico é a de que o governo deveria se ater a ele, com o mercado definindo o restante. Uma questão central, o câmbio, foi fixado fundamentalmente pelo mercado e está condicionado pela política de metas de inflação. Essa contradição nunca foi resolvida: ou tripé e câmbio de mercado, ou políticas desenvolvimentistas. As tentativas de conciliação foram parcialmente possíveis quando o mercado externo foi o principal estimulante.

A análise da rentabilidade permite entender a dinâmica recente da economia brasileira. Para isso, faz-se a análise para três períodos: de 2000 a 2003, de 2004 a 2008, e de 2009 a 2014. No primeiro período há queda da participação dos salários no PIB e aumento da participação do excedente no PIB, enquanto a PMgK apresentou baixo nível, com uma média de 0,14 (ver gráfico 1 e tabela 1). Assim, a taxa de lucro tendeu a crescer impulsionada pela maior participação do excedente no PIB (variável distributiva), apesar da baixa produtividade do capital (variável tecnológica).

Gráf. 1- Participação dos salários e do excedente econômico no PIB, taxa de lucro e produtividade marginal do capital (PMgK), Brasil, 2000 a 2014 (Índice de 2008 = 100)



Fontes dos dados brutos: IBGE-Contas Nacionais (2015) e IPEADATA (2015).

Tab. 1- Produtividade marginal do capital, relação salários-PIB e excedente econômico-PIB e taxa de lucro, Brasil, 2000 a 2014

Período	Produtividade marginal do capital	Remuneração dos empregados / PIB	Excedente econômico / PIB	Taxa de lucro
2000	0,24	39,11	60,89	33,20
2001	0,07	39,58	60,42	32,79
2002	0,17	38,93	61,07	33,72
2003	0,07	38,35	61,65	34,12
2004	0,33	38,18	61,82	35,62
2005	0,18	38,89	61,11	35,70
2006	0,23	39,58	60,42	35,92
2007	0,33	39,87	60,13	36,70
2008	0,26	40,14	59,86	36,81
2009	-0,01	41,98	58,02	
2010	0,37	41,63	58,37	
2011	0,19	42,21	57,79	
2012	0,09	43,99	56,01	
2013	0,13	43,65	56,35	
2014	0,01	44,06	55,94	

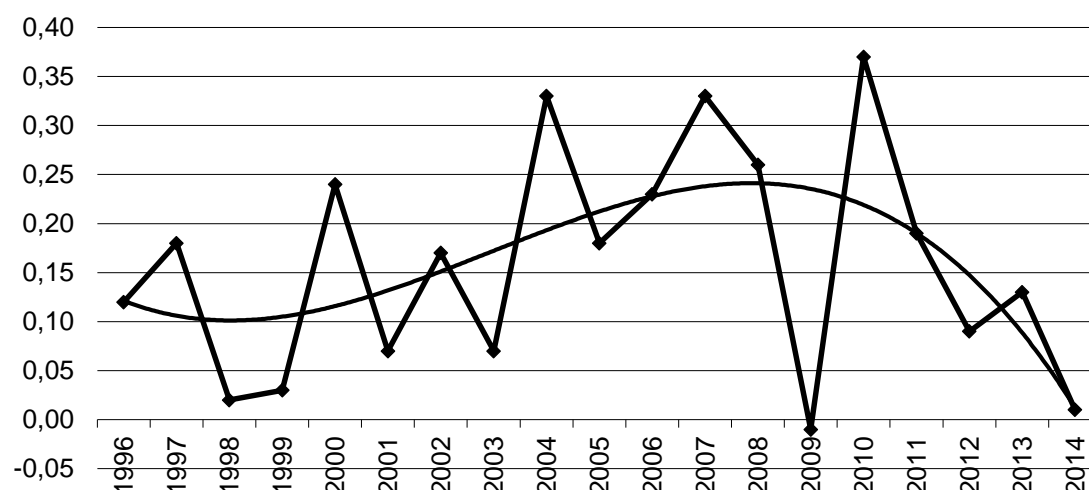
Fontes dos dados brutos: IBGE-Contas Nacionais (2015) e IPEADATA (2015).

No período seguinte, de 2004 a 2008, houve uma combinação de aumento dos salários e queda do excedente em relação ao PIB, invertendo a tendência anterior. A PMgK apresentou forte crescimento (ver gráfico 2), atingindo uma média de 0,25 nesse período. Assim, apesar da redução da participação do excedente no PIB, a maior PMgK

explicou o crescimento da taxa de lucro, permitindo uma compatibilização excepcional (no sentido de positiva e de rara) entre maior produtividade do capital, maior taxa de lucro, maiores investimentos, maior crescimento do PIB e distribuição de renda. Nesse caso, uma maior taxa de lucro compensou uma decrescente participação do excedente no PIB. Portanto, inverteram-se os determinantes da taxa de lucro, que continuou sua tendência ascendente. Essa maior taxa de lucro deve ter explicado as maiores taxas de crescimento do PIB nesses anos.

No período mais recente, de 2009 a 2014, continuou a tendência anterior de elevação da participação dos salários e de redução da participação do excedente no PIB. No entanto, agora houve forte reversão da tendência anterior de elevação da PMgK. Com isso, a média da PMgK ficou em 0,13 entre 2009 e 2014. Sem contar o ano de forte recuperação de 2010, nos outros anos desse último período a média foi de apenas 0,08. Por isso, provavelmente nesse último período houve forte queda da taxa de lucro. Não é possível compatibilizar queda da participação do excedente no PIB com queda da produtividade do capital. Os dois determinantes da taxa de lucro, o distributivo e o tecnológico, comportaram-se negativamente. Isso deve ter explicado a sistemática piora de desempenho da economia nos anos recentes e a dificuldade de as políticas de estímulos econômicos funcionarem conforme o esperado.

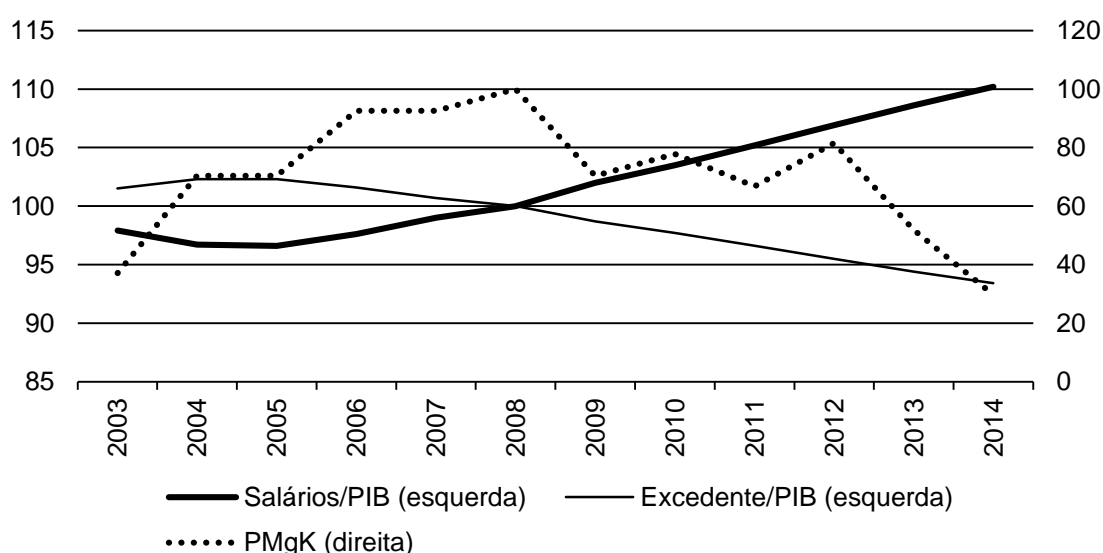
Gráf. 2- Produtividade Marginal do Capital, Brasil, 1996 a 2014



Nota: Taxa real de crescimento do PIB sobre taxa de investimentos, dados anuais e tendência.
 Fonte dos dados brutos: IBGE-Contas Nacionais (2015).

Examinando-se o gráfico seguinte, com as médias trienais, percebe-se ainda mais claramente a mudança radical ocorrida em 2008. Talvez se possa falar de quebra estrutural nesse ano. Até 2008 pode-se compatibilizar a distribuição de renda em favor dos salários com o crescimento, tendo em vista o avanço positivo da PMgK e, portanto, da taxa de lucro. A partir de 2008 isso não foi mais possível. A forte queda da PMgK e a redução da participação do excedente no PIB devem ter causado uma redução da taxa de lucro, desestimulando investimentos privados. O comportamento da taxa de lucro não compensou mais a redução da participação dos lucros no PIB. Ao contrário, ampliou a pressão. O aumento da participação da massa salarial no PIB, nesse caso, tornou-se incompatível com o processo de acumulação.

Gráf. 3- Participação dos salários e do excedente econômico no PIB e produtividade marginal do capital (PMgK), Brasil, 2000 a 2014 (Médias trienais, índice de 2008 = 100)



Fontes dos dados brutos: IBGE-Contas Nacionais (2015) e IPEADATA (2015).

5 Considerações finais

Uma expressão comum usada nos debates econômicos recentes foi o de “marolinha”, para expressar o impacto da crise econômica internacional no Brasil em 2008 e 2009. Neste trabalho chega-se a uma interpretação oposta. Na realidade, pode-se chamar de “marolinha” a recuperação de 2010. Essa recuperação foi muito intensa e

rápida, mas passageira, não garantindo uma retomada consistente. Ao contrário, talvez se possa falar inclusive em uma quebra estrutural, ou a uma volta ao comportamento tradicional de incompatibilidade entre crescimento e distribuição de renda. O período de 2004 a 2008 pode ter sido um breve interregno, determinado pela conjuntura internacional favorável. No contexto seguinte, meras medidas contra cíclicas de redução de custos, sem mudança estrutural, não garantiram crescimento consistente. A produtividade marginal do capital foi determinada, nos períodos examinados, não por fatores fundamentais, como tecnologia ou inovações (que são função de mudança estrutural), mas efetivamente pela dinâmica do mercado internacional e pela forma de inserção da economia brasileira nesse mercado. Não por fatores de eficiência dinâmica shumpeteriana ou keynesiana, mas por eficiência alocativa⁶, apesar dos esforços contrários. Nesse sentido, a evolução dos termos de intercâmbio continuou determinante.

A análise da evolução da rentabilidade e de seus componentes permite avaliar de forma mais adequada a lógica do comportamento dos investimentos privados ao longo do período. Isso evita uma ênfase excessiva em questões como credibilidade, com destaque na política, e na conjuntura internacional. Também evita análises que não conseguem entender a lógica das ações governamentais.

As medidas anticíclicas de redução de custos para o setor privado adotadas pelo governo tiveram lógica, no sentido de serem medidas para se contrapor à tendência de queda de taxa de lucro (dito de outra forma, também para se contrapor ao câmbio apreciado, que deve estar fortemente correlacionado com a rentabilidade), com redução de custos para o setor privado. Essas medidas incluíram, por exemplo, a contenção de preços de energia elétrica, de combustíveis, desonerações fiscais, redução de custos trabalhistas, crédito abundante, redução de taxas públicas de juros e tentativas de redução de taxas privadas de juros.

Ou seja, há lógica nessas políticas, frente à queda de lucratividade. As reduções de custos poderiam dar certo se o mercado reagisse acelerando investimentos. Do contrário, a permanência dessas políticas é inviável, pois causam forte piora das contas públicas. O mercado não respondeu positivamente, como era de se esperar, pois esse não decide baseado apenas em custos, mas de acordo com suas condições de rentabilidade e segundo sua percepção sobre a sustentabilidade das ações governamentais.

⁶ Conforme as definições de DOSI, PAVITT e SOETE (1990).

Assim, as medidas não foram “incompetência”, “irracionalidade”, muito menos “desenvolvimentismo”. Foram apenas “keynesianismo bastardo” ou ações com lógica tipicamente neoclássica de redução de custos como estímulo para tomada de decisões de investimentos.

Além disso, os cortes de investimentos públicos de 2011 provavelmente pioraram as expectativas privadas. A troca desses investimentos por desonerações fiscais foi uma péssima política anticíclica. O custo fiscal foi alto, piorando a situação das contas públicas e deteriorando com isso as expectativas ou a confiança/credibilidade, pois percebeu-se a insustentabilidade das medidas. No entanto, o governo foi levado a isso também para conter a inflação. Isso demonstrou novamente a importância do Estado enquanto agente líder na economia. Quando o governo decidiu ou foi levado a não exercer essa função, o mercado parou.

A política industrial (Plano Brasil Maior), de outra parte, não cumpriu adequadamente o papel de estimulante, pois concebeu-se ou transformou-se em mera política anticíclica (redução de custos contra queda de rentabilidade e alta de inflação e para compensar o câmbio apreciado). O problema é que políticas anticíclicas são reativas, não determinando liderança sobre o mercado.

Pode haver melhora cíclica da economia a partir da redução da taxa Selic, o que tende a estimular a indústria. Caso a recomposição posterior das finanças públicas gerar uma alta dos investimentos públicos, pode-se esperar algum aumento dos investimentos privados, como houve entre 2004 e 2008, e com isso uma retomada do crescimento. No entanto, esse desempenho não garante uma trajetória ascendente superior (os investimentos privados estão estagnados há cerca de 35 anos em torno de 15% do PIB), o que só se consegue com mudança estrutural (via política industrial e planejamento) e com mudança na política macroeconômica e na estrutura tributária. Isso aparentemente está fora do foco no contexto atual.

Referências

BRUNO, M. et al. *Finance-Led Growth Regime* no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5 (125), p. 730-750, edição especial/2011.

DOSI, Giovanni; PAVITT, Keith; SOETE, Luc (1990). **The economics of technical change and international trade**. Harvester Wheatsheaf.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The economics of the profit rate**: competition, crises and historical tendencies in capitalism. Aldershot, England: Edward Elgar, 1993.

_____. **Capital resurgent**: roots of the neoliberal revolution. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

_____. **The Crisis of the Early 21st Century**: General interpretation, recent developments, and perspectives (preliminary draft). Paris: EconomiX, PSE, 2011a. Disponível em: <www.jourdan.ens.fr/levy>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **The Crisis of the early 21st century**: A critical review of alternative interpretations (preliminary draft). Paris: EconomiX, PSE, 2011b. Disponível em: <www.jourdan.ens.fr/levy>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FONSECA, P. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas, as políticas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

FREEMAN, A. "What makes the US profit rate fall?" **Munich Personal RePEc Archive**, 17 Mar. 2009. Disponível em: <<http://mpa.ub.uni-muenchen.de/14147/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GAULARD, M. The Brazilian deindustrialization: financialization is not guilty. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2 (139), p. 227-246, abr.-jun./2015.

HARMAN, C. The rate of profit and the world today. **International Socialism**, n. 115, 2007.

HUSSON, M. The debate on the rate of profit. **International View Point**, n. 426, July 2010a. Disponível em: <<http://hussonet.free.fr>>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. **La hausse tendancielle du taux de profit**. Jan. 2010b. Disponível em: <<http://hussonet.free.fr>>. Acesso em: 10 maio 2011.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

KLIMAN, A. "The destruction of capital" and the current economic crisis. **Socialism & Democracy**, v. 23, n. 2, July 2009.

_____. The Persistent Fall in Profitability Underlying the Current Crisis: New Temporalist Evidence. **Marxist-Humanist Initiative**, New York, 2010. Disponível em: <<http://www.marxisthumanistinitiative.org/literature/the-persistent-fall-in-profitability-underlying-the-current-crisis-new-temporalist-evidence>>. Acesso em: 7 maio 2011.

MARQUETTI, A.; KOSHIYAMA, D.; ALENCASTRO, D. O aumento da lucratividade expande a acumulação de capital? uma análise de causalidade de Granger para países da OCDE. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, n. 3, set./dez. 2009.

MARQUETTI, A.; MALDONADO FILHO, E.; LAUTERT, V. The profit rate in Brazil, 1953-2003. **Review of Radical Political Economics**, v. 42, n. 4, 2010.

MORANDI, L.; REIS, E. J. Estoque de capital fixo no Brasil - 1950-2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 32, 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004. (Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>).

MOSELEY, Fred. The Rate of Profit and the Future of Capitalism, **Review of Radical Political Economics**, v. 29, n. 4, 1997.

ROBERTS, M. **The Great Recession**: profit cycles, economic crisis, a Marxist view. Edição própria. 2009.

SHAIKH, A. The First Great Depression of the 21st Century. **Socialist Register**, 2010. Disponível em: <<http://homepage.newschool.edu/~AShaikh/Shaiikh%20-%20First%20Great%20Depression%20of%20the%2021st%20Century.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2011.

WOLFF, E. N. What's behind the rise in profitability in the US in the 1980s and 1990s? **Cambridge Journal of Economics**, v. 27, n. 4, 2003.